

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Com atividade iniciada em 1981, a Rumo é uma cooperativa, sem fins lucrativos, sediada no Barreiro, que tem por objetivo fundamental a solidariedade social e o desenvolvimento de atividades de apoio em diferentes domínios de intervenção a pessoas em situação de desvantagem, visando a defesa dos seus direitos individuais e de cidadania, designadamente no quadro da promoção do direito à igualdade de oportunidades e à inclusão escolar, profissional e comunitária.

O trabalho desenvolvido por esta instituição estende-se a vários concelhos da Área Metropolitana de Lisboa, integrando vários projetos de apoio a pessoas na inclusão educativa, profissional e comunitária, na perspetiva do movimento de emprego apoiado.

Apesar da relevância territorial e social da Rumo CRL e da sua viabilidade económica, esta cooperativa atravessa uma situação momentânea de estrangulamento de tesouraria que dificulta o seu funcionamento normal e a impede de cumprir os seus compromissos para com colaboradores e fornecedores.

Esta situação poderá levar ao encerramento da sua atividade, colocando em causa o seu trabalho na área do desenvolvimento socioterritorial e da inclusão de pessoas com incapacidade e deficiência, bem como em diversas áreas de intervenção de emergência e apoio social.

O encerramento da sua atividade irá afetar mais de 6000 pessoas em situação de desvantagem ou exclusão, impedir o acompanhamento de 1500 pessoas por ano com incapacidade ou deficiência, bloqueando a formação e inserção no mercado de trabalho de mais de 300 pessoas. Também irá colocar em causa 78 postos de trabalho nos concelhos do Barreiro, Moita, Lisboa e Oeiras.

Recordamos também que a Rumo desempenha um papel central na dinamização direta de redes de desenvolvimento territorial e de empregabilidade nos concelhos referidos e noutros territórios de Portugal Continental, articulando mais de 300 entidades parceiras de intervenção e

desenvolvimento local.

A situação de estrangulamento deve-se à existência de uma dívida do Estado para com a Rumo, ligada aos projetos de formação enquadrados em financiamentos comparticipados por fundos estruturais comunitários. Esta dívida ascende a meio milhão de euros, correspondendo a mais de 5 meses de despesas já incorridas, e não ressarcidas.

O montante em atraso é referente a um conjunto de projetos ligados ao IEFP e à CCDR de Lisboa, nomeadamente ao projecto FORMAR (Medida de Qualificação Profissional para Pessoas com Deficiência e / ou Incapacidade) que tem como organismo intermédio o IEFP e entidade financiadora CCDR Lisboa (com o número de projecto Lisboa-06-4229 FSE-000009 Tipologia QPDI).

A acrescentar às dificuldades anteriormente referidas, a RUMO já tornou público que, se a situação não se alterar, a partir do dia 20.11.2017 não terá condições de honrar compromissos legais com a segurança social e as finanças.

Ou seja, é o Estado a empurrar uma instituição para o incumprimento das suas obrigações para com o próprio Estado. Isto, para não falar de 78 pessoas que já tiveram os seus salários em atraso anteriormente e que agora se vêm numa situação semelhante.

Assim, os Deputados do Partido Social Democrata eleitos pelo Círculo Eleitoral de Setúbal, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis vêm requerer, a seguinte informação:

1 – Para quando o pagamento das verbas em atraso, que permitirão o normal funcionamento da instituição, o pagamento das suas obrigações ao estado e o vencimento dos seus trabalhadores?

2 – Quais os motivos que levam a que estes atrasos se verifiquem e que põem em causa não só o funcionamento da instituição, mas que também podem levar ao seu encerramento, cujo trabalho social é bastante relevante para o distrito?

Palácio de São Bento, 15 de novembro de 2017

Deputado(a)s

BRUNO VITORINO(PSD)

MARIA LUÍS ALBUQUERQUE(PSD)

MARIA DAS MERCÊS BORGES(PSD)

PEDRO DO Ó RAMOS(PSD)